

A PERCEÇÃO DE MÃES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE DE SEUS FILHOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Helen Cristiane da Silva Theodoro ¹
Carolina Severino Lopes da Costa ²

RESUMO

O desenvolvimento da sexualidade faz parte do desenvolvimento global do ser humano, independentemente de suas características e, a família tende a ser o principal agente deste processo. Referente a isso, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a concepção de mães sobre o desenvolvimento sexual de seus filhos com deficiência visual. Participaram dessa pesquisa sete mães de filhos adolescentes com deficiência visual. O estudo foi desenvolvido em 2019 e os resultados apontaram que temas ligados a sexualidade ainda são tratados como tabus. Além disso, as condutas familiares mostraram ter a deficiência visual como algo a ser destacado, interferindo nas ações dos adolescentes e de suas famílias. Apesar de ter a participação apenas de mães como um fator limitador, a pesquisa aponta dados importantes para o desenvolvimento de programas para orientação de pais e de deficientes visuais, o que pode favorecer as interações familiares e a abordagem de temas ligados a sexualidade.

Palavras-chave: Deficiência Visual. Sexualidade. Família. Educação Especial.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do ser humano ocorre durante todas as fases da vida, pois se trata de um processo contínuo e inacabado. O contexto familiar, desde o nascimento, é o grande responsável para o desenvolvimento da pessoa, sendo que fornece proteção, cuidados básicos e promove a ascensão do sujeito em toda sua trajetória de vida, não se limitando à infância (DAVIDOFF, 2001).

A infância, é o período em que ocorre a troca de afeto, orientações para autocuidado, independência, autonomia, manutenção e permanência das relações interpessoais, dentre outros fatores que estarão ligados com o desenvolvimento global da criança (BOLSONI-SILVA, et al, 2008). A puberdade, por exemplo, é um momento de grandes transformações hormonais, físicas e psicológicas que predisõem o início de relacionamentos afetivos que, com o passar dos anos, podem ser acompanhados de prática de cunho sexual. Esses comportamentos

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, helenstheodoro@gmail.com;

² Orientadora da Pesquisa – Docente do Programa de Pós Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, carollina_costa@yahoo.com.br;

normalmente geram uma necessidade de orientação por parte dos pais no que diz respeito ao desenvolvimento psicossocial do indivíduo (DAVIDOFF, 2001).

Tratando-se de sexualidade, muitas famílias evitam tocar nesses assuntos com os filhos (com desenvolvimento típico ou atípico), principalmente por questões morais, culturais, religiosas etc. (DENARI, 2011). Muitos indivíduos podem, em algum momento da vida, buscar informações sobre sexualidade com colegas ou outros meios de informação, o que não pode ser visto como algo negativo. Essa busca, faz parte da necessidade de se inserirem nos padrões socialmente desejáveis, que necessitam de uma gama mais ampla de conhecimentos, principalmente para quem é deficiente visual e depende de outros meios de comunicação que não somente a visual (MAIA, 2011). Levando isso em consideração, nosso interesse de pesquisa foi averiguar qual a percepção de mães sobre o desenvolvimento sexual de seus filhos com deficiência visual.

Por conseguinte, chega-se à seguinte problemática: Quais os recursos e déficits as famílias possuem para a compreensão da sexualidade? O que as famílias compreendem por sexualidade? Eles instruem os filhos sobre o assunto? Como? Diante dessas questões, o objetivo do estudo foi analisar a concepção de mães sobre o desenvolvimento sexual de seus filhos com deficiência visual.

A pesquisa foi realizada no ano de 2019 em uma cidade de médio porte do interior do Estado de São Paulo, contando com a participação de sete mães de filhos adolescentes com deficiência visual. As mães participantes foram contatadas por meio de uma Instituição para Deficientes Visuais, responderam uma entrevista com duração entre 15 e 45 minutos. Os resultados mostraram que as mães têm a deficiência visual como um fator relevante para o desenvolvimento de seus filhos, o que pode levar a fatores de superproteção e impedimentos para o desenvolvimento da autonomia e independência.

Para compreender e fundamentar teoricamente as variáveis da presente pesquisa, e traçar um panorama dos principais trabalhos realizados na área, a seguir na seção do referencial teórico será explanada a fundamentação do estudo. Além disso, a seção metodologia, abordará o percurso da pesquisa, bem como os detalhes acerca dos participantes, local, instrumentos e processo de coleta e análise de dados. A seguir, será relatado os resultados e discussões. Por fim, a última seção está direcionada as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A família, ao longo da história, vem se perpetuando como base institucional da sociedade ocidental. Por muitos anos, essa instituição sofreu várias transformações, se modificando conforme a sociedade, cultura e estrutura social. De acordo com Pinheiro e Biasoli-Alves (2008), a família extensa, antes denominada de “família feudal e burguesa”, com vínculos compostos tanto pelo grande número de pessoas e bens materiais quanto pela segurança garantida por meios legais, deu lugar à família nuclear, que é composta pelo pai no papel principal de provedor do lar e a mãe na exclusividade do cuidado com os filhos.

Seguindo essa premissa, as autoras supracitadas relatam que a instituição familiar se recompôs gradativamente, passando do contexto nuclear, ainda presente em muitos países, para uma instituição mais abrangente “composta pelo grau de parentesco e relações interpessoais, marcadas pela afetividade e apoio, compartilhamento de ideias e tarefas, solidariedade e interesses mútuos” (PINHEIRO; BIASOLI-ALVES, 2008, p. 23). Dessa forma, a família passa a pertencer a uma classificação não considerando apenas seus conceitos, mas acima de tudo ponderando os vínculos estabelecidos nas relações interpessoais.

Neste sentido, pode-se compreender a relevância do papel da família direcionando a função dos pais em relação aos filhos, para um relacionamento construtivo e de suma relevância na construção da identidade e bem-estar dos envolvidos. Se faz necessário analisar o conjunto de sentimentos e pensamentos dos pais quando da presença de um filho com deficiência, sendo que “podem ocorrer períodos de luto em relação ao filho “idealizado” até a aceitação da nova realidade” (CORREIA; SERRANO, 2008, p. 159).

Sabe-se que a deficiência visual traz algumas implicações para o relacionamento pais-filhos, especialmente para as mães que geralmente são as principais cuidadoras. Estudos mostram, por exemplo, que as mães de crianças com deficiência visual têm mais dificuldades de comunicação com seus filhos como instruir, interpretar e responder às comunicações deles (SACKS; KEKELIS; GAYLORD-ROSS, 1997). É importante ressaltar que não é a deficiência visual em si que traz esses prejuízos, mas a falta de conhecimento dos pais (do ambiente) para estimular de forma contingente às necessidades da criança com cegueira que pode trazer tais prejuízos ao seu desenvolvimento (COSTA; DEL PRETTE, 2012).

Para compreender as características de pessoas com deficiência visual, é importante conhecer os conceitos que a definem. A deficiência visual pode ser definida de diferentes formas e isso dificulta um consenso acerca do conceito estabelecido por autores da área (COSTA et al., 2009). De modo geral, a deficiência visual geralmente é compreendida como a perda total ou parcial do sentido da visão e engloba tanto os casos de cegueira como os de baixa visão (SMITH; TYLER, 2010).

Barraga (1985) entende por cegueira a perda total da visão até a ausência de projeção de luz; já a baixa visão seria a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados. Define, além disso, a perda da função visual em nível leve, moderado e severo, em que fatores ambientais são influenciadores diretos neste processo. Wigget-Barnard e Steel (2008), assinalaram a deficiência visual não somente como uma incapacidade física, mas também social. Isso decorre pelo fato de que, nem sempre o ambiente é adequado às funções e potencialidades do sujeito, o que é diferente das pessoas normovisuais, haja vista que estas podem contar com outras fontes de informação não verbais, como as expressões faciais, movimentos de cabeça, níveis de distância e proximidade (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017a, p. 40).

Em relação a sexualidade, é um tema complexo e construído historicamente. O desenvolvimento da sexualidade inicia-se desde o nascimento, em todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças. A sexualidade, apesar de trazer as características e questões pessoais, se trata de algo mais amplo pois engloba conteúdos culturais, sociais e políticos (LOURO, 2000; MAIA, 2011). Louro (2000) reiterou que a sexualidade é aprendida e construída ao longo de toda a vida, de muitas formas, por todos os indivíduos pois “envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções (...), processos profundamente culturais e plurais” (LOURO, 2000, p. 7). Já Weeks (2000, p. 35), acrescenta que “embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo”.

Nessa perspectiva, sexualidade integra a concepção de corpo e de identidades que são definidos através dos processos culturais, sofrendo impactos das inúmeras instituições presentes na sociedade (família, escola, religião, Estado etc.) (LOURO, 2000). Além disso, Maia (1997) ressalta que a sexualidade não deve ser entendida como sinônimo de sexo (relação sexual, orgasmo, órgãos sexuais etc.), mas sim como uma amplitude de condutas humanas “que abrange diferentes aspectos como o amor, relacionamentos afetivos e sexuais, a sensualidade, o erotismo e o prazer, a expressão da identidade e dos papéis sexuais etc. (MAIA, 1997, p. 2).

Diante disso, a sexualidade sendo um construto social e cultural experienciará as interferências dos padrões de normatividade estabelecidos pela sociedade, e assim sendo a família tende a ser o primeiro agente deste processo (LOURO, 2000; MAIA; 1997; MAIA, 2011; MAIA; RIBEIRO, 2010; WEEKS, 2000). É, então, no âmbito familiar que se inicia o desenvolvimento da sexualidade do sujeito, pois se trata do primeiro contato entre a pessoa e a cultura que ela está inserida, passando os valores, crenças, questões religiosas, ideologias,

padrões de comportamento social etc. (LOURO, 2000; MAIA; RIBEIRO, 2010; MOUKARZEL, 2003; WEEKS, 2000).

Maia e Ribeiro (2010), defenderam que a deficiência impacta toda a família e que isso pode afetar diretamente no desenvolvimento da sexualidade do familiar com deficiência. Devido ao fato de a deficiência ser estigmatizada e marginalizada pela sociedade, os pais podem apresentar comportamentos altamente incentivadores de independência e socialização, como também superproteger e isolar o filho (a) com deficiência, negando assim a ele o desenvolvimento pleno de sua sexualidade e identidades sociais e sexuais. De acordo com Silva (2006), o preconceito gerado em razão da deficiência pode causar, além das questões familiares, o risco do próprio sujeito ser reconhecido apenas pela sua condição. Além do mais, a própria pessoa estigmatizada pode incorporar determinadas representações sociais e assim não conseguir manifestar amplamente sua sexualidade e identidade social e sexual.

Maia (2012) realizou um estudo de caso sobre educação sexual e sexualidade no discurso de uma pessoa com deficiência visual com objetivo de “investigar a sexualidade e a educação sexual por meio do relato de uma mulher com deficiência visual” (MAIA, 2012, p. 93). Os resultados mostraram que a pessoa com deficiência visual não identifica comprometimentos negativos no desenvolvimento de suas questões sexuais, mas, sim, comprometimentos psicológicos e sociais envolvendo a sexualidade. No relato da participante, nota-se a presença de mitos, preconceitos sociais e dificuldades psicossociais envolvendo a sexualidade da pessoa com deficiência visual, o que culminou em uma educação sexual omissa com informações superficiais e a superproteção dos pais em razão da deficiência da filha. Observou-se nos relatos da participante que está não recebeu esclarecimentos sobre sexualidade por parte dos pais e nem pela escola, sendo que sua família era omissa ao tema e a escola fornecia apenas informações generalizadas e superficiais, o que não atendia às suas necessidades.

O estudo de Bezerra e Pagliuca (2010), de caráter descritivo-exploratório, realizado em um centro de apoio pedagógico para cegos e deficientes visuais dentro do Projeto Integrado Saúde Ocular da Universidade Federal do Ceará, também abordou a temática da sexualidade de pessoas com deficiência visual. Neste caso, participaram do estudo cinco adolescentes do sexo feminino, com faixa etária entre 10 a 20 anos, sendo que uma delas possuía baixa visão e as demais eram cegas. O objetivo do estudo foi “identificar a opinião das adolescentes deficientes visuais acerca da sua sexualidade” (BEZERRA; PAGLIUCA, 2010, p. 580). Os resultados evidenciaram que os pais têm muita dificuldade em falar sobre sexualidade com seus filhos

adolescentes com deficiência visual, delegando o papel de orientador a terceiros, o que pode sugerir que esses pais, por diversas razões.

Diante do exposto, pesquisas que identifiquem qual a percepção das mães sobre o desenvolvimento da sexualidade de seus filhos, especialmente quando apresentam alguma deficiência (no caso a deficiência visual), poderão contribuir para possíveis intervenções educativas com pais de adolescentes e jovens com deficiência visual, no sentido de ajudá-los a vencer as dificuldades e/ou possíveis barreiras que os impedem de instruir os filhos em um aspecto tão importante do desenvolvimento humano e/ou dar pistas sobre características positivas de atuação desses pais que possam encorajar e estimular outros pais nesse processo.

METODOLOGIA

Participaram da pesquisa sete mães de adolescentes com deficiência visual. Dessas, duas eram avós que exerciam o papel de mãe, sendo que eles moravam e eram cuidados por elas integralmente. Em relação ao número de filhos, quatro mães possuíam apenas um filho, uma tinha dois filhos e duas mães tinham cinco filhos. Todas souberam informar sobre o diagnóstico atribuídos aos filhos com deficiência visual. Dos sete filhos, cinco tinham baixa visão e apenas dois cegueira congênita.

A pesquisa foi realizada no ano de 2019, em uma instituição para deficientes visuais, localizada em uma cidade de médio porte no interior do Estado de São Paulo. A instituição é uma organização sem fins lucrativos (ONG), que atua há mais de 20 anos no atendimento de pessoas com deficiência visual, dentro de todas as faixas etárias, nas áreas de saúde e educação.

Foram utilizados materiais como caneta, folhas de papel, gravador de áudio (com o aceite prévio dos participantes). Foi aplicado às participantes um roteiro de entrevista semiestruturado sobre “Habilidades Sociais Educativas dos Pais – Relação à Afetividade e Sexualidade de seus filhos com Deficiência Visual”.

O roteiro foi elaborado inicialmente com 17 questões e foi submetido à apreciação de 9 juízes (alunos pesquisadores, membros do grupo de pesquisa do orientador desse estudo). A partir desse processo, foram feitas algumas modificações no sentido de ajustar as questões aos objetivos da pesquisa e à compreensão das participantes, ficando a versão final com 23 questões.

As mães e responsáveis que aceitaram participar da pesquisa receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para leitura e assinatura em duas vias e foram direcionadas para uma sala cedida pela instituição para a realização da entrevista. A entrevista foi gravada

com uso de aplicativo em aparelho de telefone móvel com o consentimento das participantes. Cada participante foi entrevistada individualmente enquanto seus filhos recebiam o atendimento de outras profissionais da instituição em outra sala e a entrevista foi aplicada de maneira aberta para que as participantes pudessem se expressar livremente sem nenhuma interferência da pesquisadora.

Durante a aplicação da entrevista, a pesquisadora anotou os dados pessoais das participantes e fez a leitura das questões, possibilitando que as entrevistadas respondessem abertamente aos questionamentos realizados. As entrevistas tiveram duração entre 15 e 45 minutos, dependendo do quanto as participantes estendiam o assunto às questões feitas. No total foram necessários quatro dias de visitação à instituição para a aplicação das sete entrevistas.

Para análise dos dados, foi selecionado o método da análise de conteúdo por temas (FRANCO, 2008). As falas das mães, após serem transcritas, foram lidas e relidas, identificando em suas colocações temas específicos para a pesquisa. Ao lado de cada fala transcrita, foi anotado a lápis e em canetas coloridas os temas em relação aos conteúdos analisados. Em seguida, procedeu-se com uma revisão dos temas em relação aos conteúdos das falas de todas as mães.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de dados aferiu que as mães nem sempre se sentem preparadas e confortáveis quando é necessário abordar temas de sexualidade. Primeiramente, as mães questionadas sobre o que seria sexualidade afirmaram ser questões que envolvem o ato sexual e, por este motivo, delegavam a função de orientação dos filhos a outras pessoas do convívio familiar, indo ao encontro do disposto por Bezerra e Pagliuca (2010). Isso demonstrou que as mães, mesmo sabendo a importância do diálogo sobre esse assunto, têm um déficit sobre o assunto, o que pode gerar dificuldades nas interações sociais com os filhos, corroborando assim com o afirmado por Denari (2011), em que raramente esses assuntos são tratados por pais que têm filhos com deficiência.

Verificando que as mães tendiam a delegar a função de orientação de seus filhos a terceiros, foi questionado sobre qual a opinião delas sobre os temas de sexualidade serem abordados nas escolas. Sobre isso, M1 relatou que na escola do filho tratam sobre esses assuntos, mas que ela não sabe quais são os conteúdos abordados. M2 acredita ser importante falar na escola pois ela tem vergonha de tratar disso com o filho, que, na presença de outros adolescentes, pode se sentir mais engajado a realizar perguntas. M3 acredita que isso não é

necessário, mas entende que há necessidade para algumas pessoas. M4 segue na mesma premissa, contribuindo ainda que a escola não trata da mesma forma que a família e igreja. Por sua vez, M5 e M6 acreditam que a temática deve ser abordada pela escola. M5 explica ainda que na escola da filha isso ocorre e, mesmo não sabendo o conteúdo abordado, é muito importante para acompanhar o desenvolvimento dos adolescentes, que, na opinião dela, hoje são mais ativos em seus comportamentos. M7 acredita que a escola não deveria abordar esses assuntos, pois assim dá muita liberdade aos adolescentes. Acredita que seria mais indicado, no caso da escola, realizarem o ensino com grupos separados de meninos e meninas, para que fique algo mais direcionado e individual. Acima de tudo, disse que se isso ocorrer na escola do filho ela não irá proibir ele de participar, pois o prepara para o convívio em sociedade.

Em conformidade com os dados, é possível apurar que o conceito de sexualidade das mães interferiu diretamente em sua aceitação quanto ao tema de sexualidade ser abordado nas escolas, isso porque o relacionam ao estudo de temas sexuais. Por este motivo, algumas mães demonstram preocupação em à escola abordar essa temática e ser de forma muito explícita, indo de encontro com seus posicionamentos e comportamentos que têm em relação aos filhos.

O estudo de Maia (2011) seguiu nesta premissa, afirmando que as pessoas com deficiência visual não identificam comprometimentos negativos em relação às suas questões sexuais, mas, sim, déficits psicológicos e sociais envolvendo sua sexualidade. Isso ocorre, de acordo com a autora, devido ao fato de que as famílias não abordam esta temática e a escola apenas trata de forma generalizada e/ou superficial, o que não atende às necessidades dos adolescentes com deficiência visual, confirmando a importância de a família estar cada vez mais diretamente engajada e presente nas orientações e educação dos filhos (MAIA, 2011; SILVA, 2006).

Em consequente, foi analisado como as mães lidaram com o desenvolvimento dos filhos da infância a adolescência. Além disso, se analisou como as mães promovem a autonomia e independência dos filhos e como monitoram positivamente as relações familiares, sociais e comportamentos dos adolescentes. Em relação aos filhos com deficiência visual enquanto eles eram bebês, os dados apontaram que as mães eram as pessoas que tinham maior contato com a criança nesta fase do desenvolvimento e tratavam o filho como uma criança típica, seja por não aceitarem a deficiência ou por ainda não serem diagnosticados com deficiência visual. Passando para a fase em que os filhos eram crianças, de modo geral as mães passaram a ter menos contato com os filhos do sexo masculino, delegando a função de cuidado aos pais por acreditarem que eles seriam mais preparados para o ensino dos filhos nesta fase, principalmente em questões ligadas ao cuidado do próprio corpo.

Sobre a adolescência, ficou notório que as mães acompanhavam e visualizavam as mudanças físicas ocorridas em seus filhos em razão da puberdade, o que possibilitou a compreensão de que elas entendiam a diversidade de demandas que passariam a ocorrer devido ao crescimento dos filhos. Estes fatos reiteram o disposto por Bolsoni-Silva et al (2008), em que a infância, é o período em que ocorre a troca de afeto, orientações para autocuidado, independência, autonomia, manutenção e permanência das relações interpessoais, dentre outros fatores que estarão ligados a todo desenvolvimento global da criança.

Todavia, compreendendo todo o contexto e visualizando as mudanças físicas, seria necessário que as mães e demais familiares envolvidos na educação dos adolescentes com deficiência visual passassem a tratar de questões sobre sexualidade (relacionadas ao conhecimento do próprio corpo, prazer, sexo, entendimento sobre os órgãos sexuais e reprodutores, etc.); papel do adolescente na sociedade, sua construção cultural e social, dentre outros assuntos (DENARI, 2011; MAIA, 2011; MAIA; RIBEIRO, 2010; MOUKARZEL, 2003). O adolescente, por sua vez, tende a questionar os pais na busca de respostas e orientações para a vida adulta, dependendo das características do relacionamento estabelecido com os pais desde a infância (SACKS; KEKELIS; GAYLORD-ROSS, 1997).

De modo geral, todas as mães relataram que os filhos, junto aos demais membros da família, têm demonstração de afeto, seja com carícias, beijos ou palavras que expressem sentimentos, e que essas demonstrações ocorrem a todo momento no decorrer do dia. M1 e M4 relataram que essas demonstrações de afeto não ocorrem por conta das decisões dos adolescentes, sendo que o filho da M1 não gosta de demonstrações de afeto pelo toque (abraçar, beijar) e o filho da M4, ao chegar na adolescência, optou por se isolar, ficando apenas em seu quarto. M3 ainda reforçou que as demonstrações de afeto mudaram muito em relação à sua filha e ao pai, sendo que, num primeiro momento, ele não aceitava as demonstrações de afeto da filha, mas que hoje aceita que ela o abraçe. Esses fatores vão ao encontro do disposto por Correia e Serrano (2008), em que, com o passar do tempo, os pais tendem a se esforçarem e manifestarem mais interesse na educação e orientação dos filhos, com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida e bem-estar ao filho com deficiência

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar a concepção de mães sobre o desenvolvimento sexual de seus filhos com deficiência visual. Em razão disso os dados possibilitaram verificar que temas

sobre sexualidade ainda são tratados como tabus e diretamente ligados ao ato sexual, o que interferiu nas formas de conduta das mães participantes.

Foi possível verificar ainda que as mães concebem a deficiência visual como algo a ser destacado (fator restritivo/impeditivo) e que implica diretamente nas atividades e comportamentos que os filhos podem realizar. Neste sentido, mostram não ter segurança em permitir a autonomia e independência dos filhos em relação às interações sociais familiares e fora de casa, não realizando uma monitoria positiva em relação à realização de tais atividades.

O estudo apresenta algumas limitações, como apenas o uso de dados em relação às mães, não tendo sido entrevistados os adolescentes com deficiência visual. Assim sendo, recomenda-se que novos estudos sejam realizados com a obtenção de dados tanto pelas mães e pais, como também na visão dos próprios adolescentes. Mas vale salientar que o estudo indicou pontos importantes para o desenvolvimento de programas de orientação para pais, podendo assim ser desenvolvidos por professores ou instituições de ensino.

Dessa forma, verifica-se altamente recomendável a realização de estudos que investissem na formação de pais de crianças com deficiência sobre a amplitude do conceito de sexualidade, pois poderia promover a reflexão das famílias (pais) sobre sua própria sexualidade e sobre a forma como abordam essa temática com seus filhos.

REFERÊNCIAS

BARRAGA, N. C. **Disminuidos visuales y aprendizaje**. Madrid: ONCE, 1985.

BEZERRA, C. P.; PAGLIUCA, L. M. F. A vivência da sexualidade por adolescentes portadoras de deficiência visual. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 578-583, set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BOLSONI-SILVA, A. T. *et al.* Avaliação de um programa de intervenção de habilidades sociais educativas parentais: um estudo-piloto. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 18-33, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 mar. 2018.

COSTA, C. S. L. *et al.* Análise do conceito de deficiência visual: considerações para a prática de professores. In: COSTA, M. P. R. (Org.). **Educação Especial: aspectos conceituais e emergentes**. São Carlos, SP, Ed. EDUFSCar, 2009. p. 47-62.

COSTA, C. S. L.; DEL PRETTE, A. Estudo comparativo de observação de habilidades sociais de gêmeas com e sem deficiência visual. **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 75-88, jan./abr. 2012 Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/viewFile/3552/3093>. Acesso em: 15 out. 2020.

CORREIA, L. M.; SERRANO, A. M. Envolvimento parental na educação do aluno com necessidades educativas especiais. In: CORREIA, L. M. (Org.). **Inclusão e necessidades educativas especiais – um guia para educadores e professores.** 2008. p. 155-164.

DAVIDOFF, L. L. **Introdução à Psicologia.** São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Competência Social e Habilidades Sociais – Manual teórico-prático.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2017.

DENARI, F. E. Adolescência, afetividade, sexualidade e deficiência intelectual: o direito ao ser/estar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 5, n. 1, p. 44-52, fev. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/3491>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

LOURO, G. L. (org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva — Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176p.

MAIA, A. C. B. Sexualidade e educação sexual. Ministério da educação e cultura – MEC. Brasília. 1997. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unesp-nead_reei1_ee_d06_s03_texto02.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

MAIA, A. C. B. Educação sexual e sexualidade no discurso de uma pessoa com deficiência visual. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 6, n. 3, p. 90-101, mai. 2011. ISSN 1982-5587. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5004>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MAIA, A. C. B. Educação sexual e sexualidade no discurso de uma pessoa com deficiência visual. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 6, n. 3, p. 90-101, mai. 2012. ISSN 1982-5587. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5004>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.16, n.2, p.159-176, mai. – ago., 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382010000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 ago. 2020.

MOUKARZEL, M. G. M. Sexualidade e deficiência: superando estigmas em busca da emancipação. 2003. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2003. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253617/1/Moukarzel_MariadasGracasMachado_M.pdf. Acesso em: 04 set. 2020.

PINHEIRO, M. H. C; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. A. Família como Base. In: WEBER, L. (Org.). **Família e Desenvolvimento: Visões Interdisciplinares.** Ed. Juruá. Curitiba/PR., 2008. p. 21-36.

SACKS, S. Z.; KELELIS, L. S.; GAYLORD-ROSS, R. I. The development of social skills by blind and visually impaired students: Exploratory studies and strategies. Nova York, AFB Press, 1997. 103 p.

SILVA, L. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.11, n.33, p. 424-561, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a04v1133.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

SMITH, D. D.; TYLER, N. C. **Introduction to Special Education: making a difference.** New Jersey Columbus/Ohio: Merrill, 2010.



WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva — Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176p.

WIGGETT-BARNARD, C.; STEEL, H. The experience of owning a guide dog. **Disability & Rehabilitation**, v. 30, n. 14, p. 1014-1026, 2008.